

# Língua falada e língua escrita

Claudio Cezar Henriques, da ABF e UERJ

Começemos estas considerações lembrando que a língua falada e a língua escrita são feições que coabitam a comunicação dos povos de cultura. Muitas são as variedades faladas de uma mesma língua, mas em todas elas normalmente prevalecem aspectos objetivos de praticidade, simplicidade e flexibilidade. Diferentemente, a língua escrita tem a tradição de ser conservadora – e isso não é dito aqui como recurso retórico. É bem verdade que, nos dias de hoje, a coloquialidade vem assumindo *status* de língua padrão nos meios de comunicação e na sociedade de um modo geral. Mas ainda há muita distância entre os textos escritos dos autores contemporâneos, inclusive na imprensa, e a fala considerada prestigiada no rádio, na tevê ou nas situações de conversação civilizada.

A despeito disso, a língua falada e a língua escrita fazem parte de um mesmo sistema, distinguindo-se na frequência dos mecanismos ou das categorias de que se servem. Por conseguinte, o estudo de cada uma dessas modalidades deve ser visto com a necessária ponderação acerca do que poderíamos chamar de *autonomia relativa intrínseca*, o que recomenda se tomem cuidados especiais ao se tratar de uma ou de outra.

As pesquisas acerca da gramática do português falado, iniciadas em 1988 tomando por base o acervo recolhido pelos pesquisadores do projeto NURC, apontam para a descrição de estruturas até certo ponto intrigantes. Os sete volumes já publicados revelam estudos que tratam dessas especificidades da língua oral e de sua produção, entre os quais podemos citar a título de exemplificação os fenômenos da hesitação e da interrupção nas atividades de formulação textual típicas da oralidade e a rediscussão de inúmeros temas de teoria e nomenclatura gramatical.

Essa aplicação de modelos teóricos aos estudos da língua portuguesa é algo relativamente recente e tem permitido que cesse algum do desencanto dos professores dos ensinos fundamental, médio e superior. Isto porque, durante bom tempo, vigorou uma espécie de estratégia de *marketing* contra o ensino de gramática e contra o privilegiamento do estudo de língua escrita. Infelizmente, a propaganda foi tão bem sucedida que acabamos convivendo com a consagração do reverso da medalha: ensinar gramática passou a ser visto como algo obrigatoriamente digno de um parque pré-histórico, e a ênfase na valorização da língua falada – oralmente ou por escrito – assumiu o papel de protagonista nas aulas de língua portuguesa.

O resgate a que nos referimos, no entanto, está vindo – como não poderia deixar de ser – pelo caminho do bom senso. Os pesquisadores das áreas de conhecimento chamadas de “conservadoras” e os que atuam mais receptivamente com os estudos lingüísticos renovadores têm buscado dialogar em busca de um equilíbrio, visto que os dois grupos guardam importantes potencialidades de caráter complementar.

Nessa parceria entre tradição e modernidade, entre o estudo da língua escrita e da modalidade literária padrão de um lado, e o estudo da língua falada, de outro, temos algo que permite levar para a sala de aula os processos de revitalização da língua, as construções e vocabulário dos registros regionais e sociais, os usos particulares e a força expressiva da oralidade. Isso não inviabiliza o estudo da língua escrita, da exploração dos recursos expressivos como elementos constitutivos do texto literário nem subestima a análise das características e da vitalidade da língua oral. E, muito menos, proíbe a exposição comparativa e contrastiva das regras gramaticais e dos usos lingüísticos observados nas modalidades escrita e falada.

Pode ser que, assim, a atuação do professor de língua portuguesa se impregne mais de suas funções sociais e políticas e possa formar cidadãos que aprendam a conviver com as diferenças lingüísticas e a respeitar essas variações como fenômenos naturais e enriquecedores, formas de resistência contra a cultura *new look* dessa era *delivery* de globalização.

Pensemos, então, na linguagem humana como algo que nada tem de acabado, como um aglomerado de alternativas que entram e saem de cena, compondo-se ao lado dos sujeitos para produzir e recriar o saber que, dialeticamente, também a produz e a recria. Saber que, do ponto de vista lingüístico, se distribui coserianamente<sup>1</sup> em elocutivo (marcando a competência lingüística geral), idiomático (marcando a competência lingüística particular) e expressivo (marcando a competência discursiva ou textual, ou seja a capacidade de construir textos em situações determinadas).

### Três módulos

Saindo da digressão e tomando a estrada da língua falada e da língua escrita, em mão única e em pistas separadas, mas sem canteiros divisores, tomemos a gramática como um sistema que se forma a partir de regularidades que se estabelecem a partir das pressões do uso. Essas pressões se originam de um conjunto complexo de interesses e de necessidades discursivas e pragmáticas indispensáveis. Levemos em conta os propósitos expressivos ou comunicativos do usuário (falante ou escritor) e ainda a possibilidade de não haver paradigmas gramaticais suficientemente completos nem número bastante de conceitos concretos ou abstratos capazes de atender as suas necessidades (de

<sup>1</sup> Eugénio Coseriu trata desse tema em *Competencia Lingüística - elementos de la teoría del hablar* (1992, Gredos).

falante ou escritor). Encontremos aí o campo apropriado para o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais, muitas vezes transportadas da língua oral para a língua escrita ou reativadas na língua oral a partir de seu uso registrado por escrito.

Dito isto, busquemos focalizar – como já o fizeram Nascimento, Morris, Franchi e Castilho<sup>2</sup> – a questão nas reflexões sobre a competência discursiva ou textual em suas manifestações como um conjunto de três segmentos, o semântico, o gramatical e o discursivo, interligados pelo léxico, sem vínculos de determinação entre si. Para eles – e para nós – a unidade semântica se distingue por características próprias, como a predicação, a referenciação, a “deiticização”. A unidade gramatical, pelo funcionamento, utilização e relacionamento das classes e sua representação fonológica. E a unidade discursiva, pela organização e disposição tópica e pela atuação dos elementos nos mecanismos coesivos da estruturação textual.

Cada um desses segmentos, de sua vez, se constrói a partir de instruções ou representações que atuam simultaneamente e que têm o papel de *ativadores*, *reativadores* ou *desativadores* de suas propriedades discursivas, gramaticais ou semânticas, todas elas – como dissemos – já incorporadas aos itens lexicais. Desse modo, verificar, ou melhor, enfatizar sua participação nas construções da língua falada e da língua escrita parece-nos pertinente para uma abordagem que procure trabalhar efetivamente com a linguagem. E, como a competência comunicativa do usuário da língua opera simultaneamente diferentes capacidades mentais, em todos esses módulos e processos o léxico é o componente lingüístico primeiro, pois não deriva de outras instâncias da língua.

Em primeiro lugar, relevemos os pontos que tratam da constituição do texto, de suas unidades e de suas formas de conexidade. Vejamos os itens que tratam da constituição das significações, a partir da análise dos fenômenos da implicatura, da pressuposição e da combinatória dos sentidos no interior dos textos e das sentenças, sendo que nestas também se precisa levar em conta, além de sua constituição, as suas representações sintática, morfológica e fonológica. Tais pontos, chamados *ativadores*, importam no estudo dos elementos que tipificam o que a língua falada e a língua escrita têm de comum e de incomum.

Em segundo lugar, cabe também destacar as propriedades da repetição de segmento e de conteúdo e os processos metafóricos e metonímicos, considerados como revigoradores de sentido. Essas propriedades, chamadas *reativadoras*, expõem outros vínculos valiosos entre a língua escrita e a língua falada.

---

<sup>2</sup> Referimo-nos a artigos de Milton do Nascimento, Carlos Franchi e Ataliba Castilho, publicados nos volumes da *Gramática do português falado* (1990 a 1999, Editora da Unicamp). A referência a Charles Morris reporta-se ao livro *Foundations of the theory of signs* (1949, University of Chicago Press).

Finalmente, há que considerar as ocorrências de digressões e de outras estratégias de “desconversação” – que remetem ao módulo discursivo –, os casos dos anacolutos, das prolepses, das hesitações e pausas, das elipses e zeugmas, das descontinuidades sintagmáticas – que reportam ao módulo gramatical – e as constatações de apagamento semântico – que obviamente aludem ao módulo semântico. Nesse caso, temos o plano chamado *desativador*, também importante no tratamento das interfaces entre a língua falada e a língua escrita.

### Alguns exemplos

Muitos poderiam ser os exemplos de usos lingüísticos reveladores da interatividade entre a língua falada e a língua escrita. Para os nossos objetivos neste artigo, bastam-nos porém seis ocorrências que confirmarão como a relação entre forma e significado tem-se mostrado opaca e arbitrária ao longo do tempo.

#### 1) *Auxiliarização* de verbos principais.

A utilização, como auxiliares, de verbos, antes, não auxiliares mostra a possibilidade de incorporação morfossintática. É o que ocorre em construções do tipo *Custei a me levantar* ou *Só faltei me levantar*. Aqui, temos uma estrutura sintática que se uniformiza em decorrência de uma analogia com o campo semântico de *demorar* (*Demorei a me levantar*).

#### 2) A palavra *mas*.

Caso inverso ocorre com a palavra *mas*, quando empregada não como conjunção, mas como marcador conversacional (– *Mas... como eu ia dizendo...*), verbalizando a percepção do interlocutor quanto a alguma necessidade de corte na fala do outro.

#### 3) Advérbios em *-mente*.

Esses advérbios do português originam-se de uma composição em que o elemento *-mente* era um substantivo. A perda total do significado original latino não impede, porém, que, a partir da homonímia sincrônica entre esse sufixo e o substantivo *mente*, se façam novas recomposições onde *tristemente* não seja *de modo triste*, mas de novo *mente triste*. Essa reexperimentação morfossemântica nos faz observar a curiosa manutenção do feminino na base adjetiva, que se conserva até mesmo quando ocorre a construção aditiva do tipo “agiu *sensata* e *ponderadamente*”.

#### 4) A palavra *colega*.

Temos aqui um caso de apagamento parcial do significado original, valendo como interessante possibilidade de manutenção do valor semântico apenas do prefixo *co-* (simultaneidade), perdido o reconhecimento do primitivo radical latino do verbo *ler* (*legere*).

#### 5) A palavra *tipo*.

Esse substantivo, com o valor de *em torno de*, numa frase como *Encon-*

*trarei com você, tipo três horas*, desenvolve ou assume nova função gramatical (preposição acidental?) e se coloca no mesmo caso em que o emprego de palavras com valores gramaticais novos demonstra que as línguas estão em constante mudança em consequência de inquieta procura de novas expressões.

#### 6) Verbos *sentiendi*.

No momento em que processos narrativos de construção dos discursos diretos e indiretos se mostraram exauridos pela pequena variedade de verbos *dicendi*, agregaram-se verbos cujos valores semânticos expandidos incorporaram os significados básicos de *dizer, falar, afirmar* e outros. É o caso de *lamentar, chorar, insinuar*, chamados por Othon Moacyr Garcia<sup>3</sup> como *sentiendi*, entendidos como *dizer lamentando, dizer chorando, dizer insinuando*. Nesse percurso, os verbos *sentiendi*, hoje, parecem admitir maior ecletismo, englobando metafórica ou metonimicamente ações que a princípio nada têm a ver com a idéia de dizer ou sentir. É o caso de *contabilizar, alfinetar, detonar*, verbos *neo-sentiendi* entendidos como *dizer com números, dizer com maldade, dizer com alarde*.

### Conclusão

A existência de uma língua escrita – literária – ao lado de uma língua falada, o que não desconsidera as múltiplas possibilidades de ambas, é por si só um fenômeno natural e constitui um quadro também natural. A melhor abordagem dessas modalidades parte da observação de seus processos de criação lingüística. À gramática – e ao professor de língua portuguesa – cabe explicitar os mecanismos de que se valem os indivíduos para criar um infinito de seqüências sonoras / gráficas dotadas de sentido.

---

<sup>3</sup> O livro de O. M. Garcia é *Comunicação em prosa moderna* (1998, Fundação Getúlio Vargas).